



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

INICIATIVAS FLORESTA

Breve descrição e ponto de situação



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

1. BREVE ENQUADRAMENTO

Porque a floresta tem valor

A importância da Floresta para o país é inquestionável, na economia, no território, no meio ambiente, na sociedade.

Porque há bons exemplos na floresta

Mostrar o que se faz de bom na Floresta em Portugal (que é muito mais do que o que acontece de menos bom), e colocar a Floresta na agenda da sociedade fora do período de incêndios.

Porque o Governo está empenhado em promover e valorizar a floresta

A Comissão Interministerial para os Assuntos Florestais (CIAF), criada na Lei de Bases da Política Florestal em 1996, será pela primeira vez acionada neste Governo (reunião prevista para fevereiro 2014).

O envolvimento, para além do MAM, de diversos ministérios (MF, MDN, MAI, MJ, MADR, ME, MAOTE e MEC) evidencia a pluridisciplinaridade da Floresta e a concertação existente no seio do Governo.

6
milhões ha
de espaços florestais
em Portugal continental

3
milhões ha
de povoamentos
florestais
correspondem
a uma das mais
elevadas taxas
de arborização
da União Europeia

+90%
da floresta
portuguesa
é privada

100.000
postos de trabalho
ligados à floresta
nos últimos anos

1.100
milhões de euros
correspondem ao valor
económico das diferentes
funções dos espaços
florestais

10%
das exportações
nacionais
têm origem na
floresta portuguesa

2.000
milhões de euros
é o contributo do sector
florestal para o PIB nacional



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

2. PRINCIPAIS INICIATIVAS

A. Legislativas

1. Revisão do regime jurídico das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)
2. Bolsa de Terras
3. Fiscalidade para a floresta
4. Outras iniciativas no MAM (ENF, PROF, PNDFCI, POSF, Lei da estruturação fundiária, Plataforma de acompanhamento das relações nas fileiras florestais)
5. Outras iniciativas em curso no âmbito do Governo

B. Operacionais

1. Concretização das intervenções de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI): planeamento, dispositivo de prevenção, infraestruturação e sensibilização
2. Coordenação interministerial
3. Valorização da produção florestal e incentivo ao investimento
4. Investigação e conhecimento

C. Portugal 2020

1. Programa de Desenvolvimento Rural
2. Fundos da Coesão

D. Iniciativas públicas de sensibilização



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

A. Iniciativas legislativas

1. Revisão do regime jurídico das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

- ✓ **Objetivo:** dinamizar a sua criação e funcionamento. Reforço do seu papel enquanto gestor do território.
- ✓ **Ponto de situação:** aprovado em RCM em Dezembro, e já publicada em DR

2. Bolsa de Terras

- ✓ **Objetivo:** disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas
 - ✓ **Ponto de situação:** A Bolsa foi operacionalizada em maio de 2013. No arranque foram colocadas essencialmente terras de entidades privadas. Neste momento já foram carregadas as primeiras terras do MAM (700 ha). Neste momento estão disponíveis no seu conjunto, 1.640 hectares. Foram efetuadas até ao momento 5 transações (62,1 ha)
-

2. Bolsa de Terras (cont.)

- ✓ Foi promulgado e publicado o DL de cedência de terras do Estado
 - ✓ Está em fase final de elaboração a proposta de lei para procedimento e registo do reconhecimento das terras sem dono conhecido e sem utilização agrícola, florestal ou silvopastoril
 - ✓ Em breve, entrará em funcionamento o coordenador da Bolsa de Terras, com a missão de divulgar, explicar e promover por todo o país a BT, esclarecendo nomeadamente o regime das terras sem dono conhecido, através de uma articulação estreita com todos os atores, nomeadamente as freguesias
-

3. Fiscalidade para a floresta

- ✓ **Objetivo:** pretende-se adequar o regime fiscal às especificidades da atividade de exploração florestal - ciclos de investimento de extrema longevidade aliados a acentuado desfasamento temporal entre despesas e receitas. Além disso, a estrutura fundiária florestal encontra-se pulverizada em parcelas dispersas de reduzida dimensão média.
- ✓ **Principais ações:** No âmbito dos trabalhos das comissões “fiscalidade verde” e “revisão do código de IRS”, procuraremos que as especificidades dos investimentos nas florestas sejam refletidas nas propostas que vierem a ser apresentadas.

A título de exemplo, no âmbito da Reforma do IRC, tornou-se possível amortizar os investimentos florestais em 25 anos (especial impacto no montado de sobro, no pinhal bravo e demais espécies autóctones)

4. Outras iniciativas MAM

- ✓ **Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)** - entra em consulta pública este mês de Março, e será aprovada por Resolução de CM
 - ✓ **Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)** - foi já publicada a Portaria e Despacho que dão início ao processo da sua revisão (a concluir no prazo de 1 ano)
 - ✓ **Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)** - avaliação externa em curso (a concluir até Abril 2014)
 - ✓ **Programa Operacional para a Sanidade Florestal (POSF)** - a aprovar por Resolução de Conselho de Ministros no 1º Trimestre de 2014
 - ✓ **Atualização da regulamentação de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)** - fogo técnico, pontos de água, redes de caminhos florestais e equipamentos florestais de recreio (Fevereiro de 2014)
 - ✓ **Proposta de lei de estruturação fundiária com a definição da unidade mínima de cultura aplicada à floresta**
-

5. Outras iniciativas em curso no âmbito do Governo:

- ✓ Revisão do processo instrutório das coimas por violação das obrigações de Defesa da Floresta contra Incêndios (com MAI)
 - ✓ Abertura da credenciação em matéria de Fogo de Supressão (tático e contrafogo) a outras entidades para além do ICNF
 - ✓ Cadastro predial (MAOTE e outros)
 - ✓
-



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

B. Iniciativas operacionais

1. Defesa da floresta contra incêndios (DFCI)

- ✓ **Planeamento** (situação no final de 2013):
 - Todos os distritos possuem o Plano Distrital (PDDFCI) aprovado.
 - Os Planos Municipais (plurianuais) de 1ª geração estão, na sua generalidade, em revisão. Para 17 municípios há planos de 2ª geração já aprovados
 - Os Planos Operacionais Municipais (anuais) foram apresentados e aprovados em 92% dos municípios de Portugal Continental.

 - ✓ **Dispositivo de prevenção**: inclui as equipas de sapadores florestais (178 equipas), o Corpo Nacional de Agentes Florestais (110 elementos), os Vigilantes da Natureza (120 elementos), os técnicos coordenadores da Prevenção Estrutural. Em 2014:
 - Reforço do dispositivo com 17 equipas de vigilância, no âmbito da colaboração com o Exército;
 - Reequipamento de equipas de sapadores florestais.
-



B. Iniciativas operacionais

1. Defesa da floresta contra incêndios (cont.)

- ✓ **Infraestruturação (prevenção estrutural):** engloba as redes de faixas de gestão de combustível, mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede de pontos de água e rede viária florestal.

Em 2013, foram executados em todo o país pelas diversas entidades (nomeadamente autarquias, organizações de produtores, ZIFs):

- ✓ 3.130 hectares de rede primária
- ✓ gestão de combustíveis em 16.210 hectares (recorrendo a fogo controlado em 580 hectares)
- ✓ Beneficiaram-se 450 pontos de água e 3.780 km de rede viária.

Para 2014 está previsto executar apenas pelo ICNF e no contexto da colaboração com o Exército:

- ✓ 5.425 hectares de rede primária
 - ✓ gestão de combustíveis em 2.500 hectares (recorrendo a fogo controlado em 30 ações distintas)
 - ✓ Recuperação de 40 pontos de água e de 750 km de rede viária.
-

2. Coordenação interministerial e informação

- ✓ Ativação da CIAF (reunião de ativação em Nov2013)
- ✓ Publicação dos resultados do Inventário Florestal Nacional (IFN6)

3. Valorização da produção florestal e incentivo ao investimento:

- ✓ Criação de uma plataforma de acompanhamento das relações nas fileiras
 - ✓ Preparação de instrumentos financeiros de incentivo à gestão e o investimento na floresta (ex. Fundo Noruega)
 - ✓ Programa de Desenvolvimento Rural 2020
-

4. Investigação e conhecimento

- ✓ Criação de centros de competência para o pinheiro, sobreiro e eucalipto: centros agregadores da informação, investigação e conhecimento em torno de cada fileira de base florestal, envolvendo empresas, universidades, autarquias e organismos centrais de investigação (o primeiro a arrancar será o do Montado e da Cortiça - Março 2104)
-



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

C. Portugal 2020

1. No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (a apresentar a Bruxelas até Março de 2014):

- ✓ Desenho e início da implementação da Medida Florestal do PDR 2014-2020, para apoio ao investimento no sector, com ênfase particular em:
 - Incentivo à gestão agrupada (prioridade e majoração)
 - Incentivo à certificação (apoio e prioridade)
 - Incentivo a ações com impacto territorial (ex. regeneração em áreas ardidas)
 - Apoio à rede de faixas de gestão de combustível (defesa da Floresta Contra Incêndios) de execução ao nível das explorações

 - ✓ Apoio à criação de Organizações Comerciais de Produtores Florestais tendo em vista a melhoria das condições de acesso aos mercados através da integração vertical na fileira
-

2. No âmbito dos Fundos da Coesão (FC, FSE e FEDER) destaca-se:

- ✓ Apoio à monitorização e valorização dos recursos florestais (Inventário Florestal Nacional (IFN) e caracterização das atividades ligadas às fileiras florestais). Esta informação permitirá dar resposta a processos nacionais e internacionais, dos quais se realça o Protocolo de Quioto.
 - ✓ Apoio ao estabelecimento das redes de defesa aprovadas (primária e secundária) nos planos municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndios, na lógica da proteção do território (ações de impacto territorial).
 - ✓ Apoio a ações de sensibilização e prevenção junto da população para promoção da alteração de comportamentos de risco.
 - ✓ Apoio às equipas de sapadores florestais na aquisição de equipamento de sapador florestal.
-



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

D. Iniciativas públicas de sensibilização

1. Iniciativa “PORTUGAL PELA FLORESTA”



Arrancou no dia 14 de Janeiro com o Alto Patrocínio do Presidente da República. Visa dar visibilidade às várias temáticas e ações importantes para a floresta.



Durante 2014 serão organizadas sessões de reflexão descentralizadas, bem como iniciativas conjuntas no terreno, nomeadamente:

D. Iniciativas públicas de sensibilização



- ✓ Ministério da Defesa Nacional (Exército) na abertura da rede primária;
- ✓ Ministério da Administração Interna (Secretaria de Estado da Administração Interna, bombeiros e GNR) e Ministro-Adjunto do Desenvolvimento Regional (Secretaria de Estado da Administração Local e autarquias) na abertura de rede secundária (proteção de habitações e aglomerados urbanos), na difusão de informação sobre a legislação de DFCl e na divulgação de informação sobre o risco de incêndio;



1. Iniciativa “PORTUGAL PELA FLORESTA” (cont.)

- ✓ Ministério da Justiça (Estabelecimento Prisional de Coimbra) nos trabalhos de reclusos realizados na Mata do Buçaco
 - ✓ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia (Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza e ICNF) na divulgação dos valores e serviços ambientais da floresta.
 - ✓ Ministério da Educação e Ciência (Escolas), Secretaria de Estado da Juventude e Desportos e organizações juvenis, no âmbito da sensibilização de jovens para a defesa da floresta contra incêndios (ações de voluntariado na Páscoa);
 - ✓ Eventos públicos com entidades de forte projeção mediática
-

D. Iniciativas públicas de sensibilização



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

1. Iniciativa “PORTUGAL PELA FLORESTA” (cont.)

Articulação com media (imprensa, rádio e televisão)

- ✓ Na divulgação de avisos de risco de incêndio;
- ✓ Na divulgação de mensagens de sensibilização à população sobre o valor da floresta e sobre a prevenção de comportamentos de risco



2. Ação do movimento ECO

3. Sensibilização de comportamentos de risco para Agricultores (entrega de informação pelas associações no preenchimento das candidaturas aos apoios - Fevereiro e Março de 2014)

4. Ação de sensibilização para comportamentos de risco dirigida a pastores

5. Protocolo “Trabalho Social pela Floresta”, a assinar entre ICNF e IEFP

- ✓ Protocolo anterior Junho 2012-31 Dezembro 2013
- ✓ Objetivo 2000 beneficiários
- ✓ Aplicação: 546 projetos aprovados, com 1879 beneficiários (94% do objetivo)

6. Plano nacional de sensibilização

Em 2014 está prevista a promoção pelo ICNF de 395 ações de sensibilização, além do apoio a várias iniciativas promovidas pela sociedade em geral (privados e outros organismos públicos) em prol da floresta, a que o ICNF se associa.
